

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Informações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2014

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações financeiras trimestrais - ITR

Aos Diretores e Acionistas da
Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Curitiba - Paraná

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos***Demonstrações do valor adicionado***

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 7 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR049038/O-9

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Passivo	Nota	Controladora		Consolidado
		30/06/14	31/12/13	30/06/14			30/06/14	31/12/13	30/06/14
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	223.047	187.144	223.442	Fornecedores		69.367	52.207	70.173
Aplicações financeiras vinculadas	8	7.641	8.361	7.641	Financiamentos e empréstimos	15	329.890	227.664	329.890
Contas a receber de clientes	9	87.336	48.900	87.466	Arrendamento mercantil	18	147.836	144.929	147.836
Impostos a recuperar		10.756	5.932	10.756	Debêntures	19	42.844	43.594	42.844
Despesas antecipadas		12.201	12.387	12.201	Adiantamentos de clientes		10.202	4.493	10.360
Adiantamentos a fornecedores		4.919	9.873	4.919	Impostos e contribuições a recolher		8.067	7.168	8.103
Ativos destinados a venda		-	-	1.104	Salários e férias a pagar		12.336	7.368	12.336
Outros créditos		4.707	3.318	4.707	Distribuição de lucros a pagar		3.945	8.145	3.945
Instrumentos financeiros derivativos	25	9	14.755	9	Mútuos com partes relacionadas	11	127	118	127
		<u>350.616</u>	<u>290.670</u>	<u>352.245</u>	Outras contas a pagar		-	16	60
					Instrumentos financeiros derivativos	25	5.618	466	5.618
							<u>630.232</u>	<u>496.168</u>	<u>631.292</u>
Não circulante					Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	8	57.059	67.564	57.059	Financiamentos e empréstimos	15	711.373	789.375	711.373
Contas a receber por alienação de controlada	10, 11	144.725	144.725	144.725	Arrendamento mercantil	18	96.667	104.237	96.667
Depósitos judiciais	17	12.641	10.608	12.641	Debêntures	19	299.128	75.750	299.128
Outros créditos		2.818	1.577	2.818	Provisão para contingências	17	11.983	11.697	11.983
Investimentos	12	571	8	8	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	76.331	73.390	76.331
Imobilizado	13				PIS e COFINS diferidos		22.508	19.584	22.508
Veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional		1.425.154	1.198.035	1.425.154	Outras contas a pagar		840	1.002	840
Outros imobilizados		9.598	8.658	9.598			<u>1.218.830</u>	<u>1.075.035</u>	<u>1.218.830</u>
		<u>1.434.752</u>	<u>1.206.693</u>	<u>1.434.752</u>					
Intangível	14	13.730	12.658	13.730	Patrimônio líquido				
		<u>1.666.296</u>	<u>1.443.833</u>	<u>1.665.733</u>	Capital social	20.a	102.723	102.723	102.723
					Reservas de lucros	20.b	64.264	58.861	64.264
					Ajustes de avaliação patrimonial	20.c	863	1.716	863
							<u>167.850</u>	<u>163.300</u>	<u>167.850</u>
					Patrimônio líquido atribuível aos controladores				
					Participação de acionistas não controladores		-	-	6
							<u>167.850</u>	<u>163.300</u>	<u>167.856</u>
		<u>2.016.912</u>	<u>1.734.503</u>	<u>2.017.978</u>			<u>2.016.912</u>	<u>1.734.503</u>	<u>2.017.978</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto o resultado do exercício por ação)

	Nota	Controladora				Consolidado	
		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	Período de três meses
		30/06/14	30/06/13	Trimestre de 1/4 a 30/6/14	Trimestre de 1/4 a 30/6/13	30/06/14	Trimestre de 1/4 a 30/6/14
Receita operacional líquida	22	365.937	289.349	204.504	160.308	368.596	206.001
Custos dos serviços prestados e venda da frota	23	<u>(274.385)</u>	<u>(211.613)</u>	<u>(153.833)</u>	<u>(119.495)</u>	<u>(276.425)</u>	<u>(154.988)</u>
Resultado bruto		91.552	77.736	50.671	40.813	92.171	51.013
Receitas (despesas) operacionais							
Vendas	23	60	(3.234)	(25)	(2.794)	60	(25)
Administrativas e gerais	23	(18.485)	(13.788)	(9.841)	(6.484)	(18.485)	(9.841)
Resultado da equivalência patrimonial	12	553	304	302	50	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>398</u>	<u>(461)</u>	<u>227</u>	<u>(528)</u>	<u>398</u>	<u>227</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		74.078	60.557	41.334	31.057	74.144	41.374
Receitas (despesas) financeiras							
Receitas financeiras	24	26.883	22.631	10.355	13.914	26.883	10.355
Despesas financeiras	24	<u>(93.470)</u>	<u>(72.497)</u>	<u>(44.943)</u>	<u>(40.703)</u>	<u>(93.470)</u>	<u>(44.943)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(66.587)</u>	<u>(49.866)</u>	<u>(34.588)</u>	<u>(26.789)</u>	<u>(66.587)</u>	<u>(34.588)</u>
Resultado antes dos impostos		7.491	10.691	6.746	4.268	7.557	6.786
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	16	<u>(2.941)</u>	<u>(10.265)</u>	<u>(2.378)</u>	<u>(8.019)</u>	<u>(3.001)</u>	<u>(2.415)</u>
Resultado das operações em continuidade		4.550	426	4.368	(3.751)	4.556	4.371
Resultado líquido das operações descontinuadas	6	<u>-</u>	<u>36.753</u>	<u>-</u>	<u>36.709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do período		<u>4.550</u>	<u>37.179</u>	<u>4.368</u>	<u>32.958</u>	<u>4.556</u>	<u>4.371</u>
Resultado atribuível aos:							
Acionistas controladores		4.550	37.179	4.368	32.958	4.550	4.368
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>3</u>
Resultado do período		<u>4.550</u>	<u>37.179</u>	<u>4.368</u>	<u>32.958</u>	<u>4.556</u>	<u>4.371</u>
Lucro líquido por ação (em R\$)	21						
Básico		0,05220	0,42654	0,05011	0,37812	0,05227	0,05015
Diluído		0,05220	0,42654	0,05011	0,37812	0,05227	0,05015
Lucro líquido por ação (em R\$) - operação continuada	21						
Básico		0,05220	0,00489	0,05011	(0,04303)	0,05227	0,05015
Diluído		0,05220	0,00489	0,05011	(0,04303)	0,05227	0,05015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado	
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	Período de três meses
	30/06/14	30/06/13	Trimestre de 1/4 a 30/6/14	Trimestre de 1/4 a 30/6/13	30/06/14	Trimestre de 1/4 a 30/6/14
Resultado do período	4.550	37.179	4.368	32.958	4.556	4.371
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>4.550</u>	<u>37.179</u>	<u>4.368</u>	<u>32.958</u>	<u>4.556</u>	<u>4.371</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores							
	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Total antes da participação de acionistas não controladores	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados				
Saldos em 1º de janeiro de 2013	87.163	6.809	124.146	-	14.134	232.252	-	232.252
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	1.629	(1.629)	-	-	-
Realização do custo atribuído da controlada, líquido dos impostos	-	-	-	9.493	(9.493)	-	-	-
Integralização de capital	15.560	-	(15.560)	-	-	-	-	-
Redução por cisão	-	-	(108.586)	-	-	(108.586)	-	(108.586)
Resultado do período	-	-	-	37.179	-	37.179	-	37.179
Saldos em 30 de junho de 2013	102.723	6.809	-	48.301	3.012	160.845	-	160.845
Saldos em 1º de janeiro de 2014	102.723	9.408	49.453	-	1.716	163.300	-	163.300
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	853	(853)	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	4.550	-	4.550	6	4.556
Saldos em 30 de junho de 2014	<u>102.723</u>	<u>9.408</u>	<u>49.453</u>	<u>5.403</u>	<u>863</u>	<u>167.850</u>	<u>6</u>	<u>167.856</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		30/06/14	30/06/13	30/06/14
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do período		4.550	37.179	4.556
Ajustes por:				
Depreciação e amortização		109.851	79.943	109.851
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências		1.465	2.712	1.465
Custo residual do ativo imobilizado alienado		67.870	43.603	67.870
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.941	19.065	2.941
Imposto de renda e contribuição social diferidos - operação descontinuada	6	-	643	-
Instrumentos financeiros derivativos e variação cambial não realizados	25	1.227	1.585	1.227
Juros provisionados e não pagos		5.095	6.022	5.095
Resultado na alienação de controlada		-	(55.325)	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	(553)	(304)	-
Resultado de equivalência patrimonial - operação descontinuada	6	-	(231)	-
		<u>192.446</u>	<u>134.892</u>	<u>193.005</u>
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber		(38.322)	1.404	(38.452)
Aumento em outras contas a receber		(2.314)	(8.102)	(3.418)
Aumento em fornecedores		17.160	64.359	17.966
Aumento em partes relacionadas		9	630	9
Aumento em impostos e contribuições a recolher		899	11.345	935
Aumento em contas a pagar e provisões		10.097	3.697	10.315
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	(426)	-
		<u>179.975</u>	<u>207.799</u>	<u>180.360</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado		(78.696)	(93.663)	(78.696)
Dividendos recebidos		-	306	-
Aplicações financeiras vinculadas		11.225	2.351	11.225
Aquisição de investimentos		(10)	-	-
Aquisição de ativo intangível		(2.109)	(146)	(2.109)
		<u>(69.590)</u>	<u>(91.152)</u>	<u>(69.580)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Distribuição de lucros		(4.200)	(3.000)	(4.200)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados		318.965	103.398	318.965
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos		(320.184)	(109.088)	(320.184)
Juros pagos		(69.063)	(47.566)	(69.063)
		<u>(74.482)</u>	<u>(56.256)</u>	<u>(74.482)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>35.903</u>	<u>60.391</u>	<u>36.298</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período		187.144	154.418	187.144
No fim do período		<u>223.047</u>	<u>214.809</u>	<u>223.442</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>35.903</u>	<u>60.391</u>	<u>36.298</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/14</u>	<u>30/06/13</u>	<u>30/06/14</u>
Receitas	<u>346.617</u>	<u>371.641</u>	<u>349.317</u>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	351.301	319.320	354.001
Outras receitas	(4.862)	55.334	(4.862)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	178	(3.013)	178
Insumos adquiridos de terceiros	<u>80.807</u>	<u>109.143</u>	<u>82.887</u>
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	74.432	101.730	76.512
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	6.375	7.413	6.375
Valor adicionado bruto	<u>265.810</u>	<u>262.498</u>	<u>266.430</u>
Depreciação e amortização	109.851	79.943	109.851
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>155.959</u>	<u>182.555</u>	<u>156.579</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>18.814</u>	<u>8.406</u>	<u>18.261</u>
Resultado de equivalência patrimonial	553	535	-
Receitas financeiras	18.261	7.871	18.261
Valor adicionado total a distribuir	<u>174.773</u>	<u>190.961</u>	<u>174.840</u>
Distribuição do valor adicionado	174.773	190.961	174.840
Pessoal	52.096	41.844	52.096
Impostos, taxas e contribuições	32.766	53.099	32.827
Remuneração de capitais de terceiros	<u>85.361</u>	<u>58.839</u>	<u>85.361</u>
Juros	83.439	56.702	83.439
Aluguéis	1.922	2.137	1.922
Remuneração de capitais próprios	<u>4.550</u>	<u>37.179</u>	<u>4.556</u>
Lucros retidos	4.550	37.179	4.550
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (“Companhia” ou “Ouro Verde”) é uma sociedade anônima, sediada em Curitiba - Paraná, e tem por objeto a locação de máquinas e equipamentos pesados e a terceirização de veículos leves. A Companhia além de atender todas as regiões do território nacional brasileiro, por meio de contratos de longo prazo que variam de dois a sete anos, é uma empresa multimarcas, com relacionamento junto aos principais fabricantes brasileiros e internacionais. A frota da Companhia é composta exclusivamente por ativos de ampla credibilidade e reconhecimento quanto à sua qualidade, confiabilidade e durabilidade.

A Ouro Verde vem realizando investimentos relevantes no aumento do seu ativo fixo com o objetivo de atender às crescentes demandas dos seus atuais e novos clientes. Durante o primeiro semestre de 2014, foram investidos R\$ 402,5 milhões no aumento da frota (R\$ 312,3 milhões em 2013), 28,9% superior ao mesmo período de 2013, totalizando 27.412 itens (23.197 em 2013), dos quais 7.802 itens representavam máquinas e equipamentos pesados e 19.610 itens representam veículos leves (6.070 e 17.127 em 2013 respectivamente), um crescimento de 28,5% e 14,5% respectivamente, quando comparado ao período anterior. O valor contábil da frota no encerramento de junho de 2014 atingiu R\$ 1.425,2 milhões.

Para o financiamento destes investimentos, a Companhia utiliza recursos de curto e longo prazo captados junto a instituições financeiras, principalmente, na forma de FINAME/PSI, via BNDES, que são linhas de crédito específicas para a aquisição de máquinas e equipamentos pesados, (nota explicativa 15), arrendamentos mercantis financeiros (nota explicativa 18) e debêntures (nota explicativa 19).

Em abril de 2013, houve uma reestruturação societária, mediante (i) cisão parcial do patrimônio da Companhia, representada pela participação da Companhia no patrimônio líquido da Ritmo Logística S.A. (“Ritmo”), com versão da parcela cindida para a sua acionista controladora Novo Oriente Participações Ltda. (“Novo Oriente”); e (ii) celebração de contrato de compra e venda de ações da controlada Martini Meat S.A. – Armazéns Gerais (“Martini Meat”) entre a Companhia e seu acionista controlador Novo Oriente (vide nota explicativa 6). Com isso, ocorreu a segregação das operações das atividades de logística, que são conduzidas pela associada Ritmo, e as atividades de armazenamento, que são conduzidas pela Martini Meat.

Em 11 de julho de 2013 a Fitch Ratings, uma das principais agências de análise de risco no mercado financeiro internacional, publicou a elevação do rating da Ouro Verde de A-(bra) para A(bra) com perspectiva estável, sob o reflexo da previsibilidade da receita, decorrente de contratos de longo prazo para prestação de serviços de locação de frotas de veículos leves e de máquinas e equipamentos pesados. A classificação também destaca o resultado da base de negócios diversificada, crescente e rentável, além da moderada alavancagem financeira.

Em outubro de 2013, a Companhia criou uma empresa de sociedade de responsabilidade limitada denominada “Ouro Verde Revenda Ltda.” (“Ouro Verde Revenda”), com capital social de R\$ 10, com 99% de participação da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. e 1% pertencente ao Sr. Celso Antonio Frare. A Ouro Verde Revenda tem por finalidade atuar na aquisição de veículos leves e máquinas/equipamentos pesados seminovos para comercialização, e tornou-se operacional a partir de fevereiro de 2014.

Em 14 de novembro de 2013, a CVM aprovou o registro de emissor da Companhia na categoria “A”. Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia protocolou, perante a CVM, pedido de registro de distribuição pública das Debêntures.

Em 15 de março de 2014, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição pública de 25.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 480, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 2 (duas) séries, da 3ª (terceira) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante total de R\$ 250.000. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para: (i) integralização do CDB Cedido Fiduciariamente; (ii) investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves; e (iii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro, incluindo o pré-pagamento de operações de capital de giro.

Em 9 de julho de 2014, a Fitch Ratings publicou a confirmação do rating corporativo da Companhia como “A(bra)”, com perspectiva estável.

2 Apresentação das informações financeiras

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem:

- As informações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As informações financeiras individuais da controladora elaboradas de acordo com o BR GAAP.

As informações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações financeiras individuais. Assim sendo, as informações financeiras consolidadas da Companhia e as informações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de informações financeiras.

A Companhia vendeu a totalidade de sua participação e controle da subsidiária Martini Meat (nota explicativa 6) em abril de 2013. Em outubro de 2013, a Ouro Verde Locação e Serviço S.A. criou a Ouro Verde Revenda Ltda., com participação de 99% no seu capital social, cuja finalidade é atuar na aquisição de veículos e máquinas/equipamentos pesados seminovos para comercialização. Em 31 de dezembro de 2013 a Ouro Verde Revenda não era operacional, como também não possuía saldos ativos e passivos. Em função da inexistência de controlada operacional no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não está apresentando informações financeiras consolidadas para este exercício findo. Contudo, a partir do primeiro trimestre de 2014, a Ouro Verde Revenda Ltda. tornou-se operacional, e portanto, a Companhia está apresentando informações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2014.

A autorização para a conclusão destas informações financeiras intermediárias foi dada pela Diretoria da Companhia e sua controlada em 7 de agosto de 2014.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Base de preparação

a. Base de mensuração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas investidas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras de acordo com as normas CPCs / IFRS exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 18 - arrendamento mercantil

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 - *Impairment*;
- Nota 9 – Contas a receber de clientes (PCLD);
- Nota 10 – Contas a receber por alienação de controlada;
- Nota 13 – Imobilizado;
- Nota 16 - Utilização de prejuízos fiscais;
- Nota 17 - Provisão para contingências;
- Nota 25 - Instrumentos financeiros.

3.2 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2013 foram alteradas e estão sendo reapresentadas de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros e CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das demonstrações contábeis para incorporar as seguintes alterações:

Balanço patrimonial

	Balanço previamente publicado	Ajustes	Balanço comparativo publicado nestas demonstrações financeiras
Balanço patrimonial			
Depósitos judiciais	-	10.608 (i)	10.608
Provisão para contingências	(1.089)	(10.608) (i)	(11.697)

- (i) Refletir a reclassificação dos depósitos judiciais. Anteriormente, o saldo estava sendo apresentado líquido dos saldos de provisão para contingências.

Demonstrações do fluxo de caixa

	Balanço previamente publicado	Ajustes	Balanço comparativo publicado nestas demonstrações financeiras
Demonstrações do fluxo de caixa			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	196.005	11.794 (ii)	207.799
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(44.462)	(11.794) (ii)	(56.256)

- (ii) Refletir o efeito dos juros provisionados e não pagos e da variação cambial não realizada, no ajuste do resultado do período, considerando que nenhum fluxo de caixa ocorreu.

3.3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras, individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

As informações financeiras de controlada são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle, deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia e sua controlada tenham intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não esteja próximo de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia e sua controlada de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o período corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são eventos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são usados para gerenciar as obrigações de curto-prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente à data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

d. Reconhecimento de receita

(i) *Receita de serviços prestados*

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são contabilizadas em uma base linear durante o período do contrato.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

(ii) *Venda da frota*

A receita líquida da venda da frota, atividade acessória e complementar da atividade de serviços prestados, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções.

A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos nas linhas de receita operacional líquida e custo dos serviços prestados e venda da frota, respectivamente.

(ii) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é mensurada novamente pelo valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, com qualquer ganho remanescente reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio. Qualquer perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e é apresentada na reserva de reavaliação à medida que um valor tenha sido anteriormente incluído na reserva de reavaliação relacionada à propriedade específica, com a perda remanescente reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação da frota de veículos estão divulgadas na nota explicativa 13.

f. Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização, para os ativos intangíveis com vida útil definida, é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e sua controlada sobre condições de que a Companhia e sua controlada não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

A Companhia classifica seus segmentos operacionais (Locação de máquinas e equipamentos pesados e Terceirização de veículos leves) como suas unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado ou diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Arrendamentos

(i) *Ativos arrendados*

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(ii) **Pagamentos de arrendamento**

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear durante o prazo do contrato de arrendamento.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Benefícios a empregados

(i) **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

(ii) **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. As distribuições recebidas de investida registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e perdas nos instrumentos de hedge.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das informações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os períodos fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem a Companhia a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

m. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado é representada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

n. Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos períodos apresentados.

o. Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social.

A Administração considera que as operações da Companhia e sua controlada compõem dois segmentos operacionais identificáveis, classificados como locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves. A renovação da frota é inerente ao processo de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves, de forma que não é separável e, por tal razão, não constitui um segmento distinto.

p. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, preparadas de acordo com as normas BRGAAP aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo do contas a receber, é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros de mercado na data da mensuração. Recebíveis de curto prazo sem taxa de juros declarada são mensurados pelo valor da fatura original, se o efeito do desconto for imaterial. O valor justo é determinado no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, em cada data de balanço anual.

(ii) Derivativos

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações fornecidas por instituições financeiras.

Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e sua controlada e contraparte quando apropriado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e para fins de divulgação, em cada data de balanço anual. O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros do principal e juros, descontados à taxa de juros de mercado na data da mensuração. Em relação ao componente passivo de notas conversíveis, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a passivos similares que não possuam opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a contratos de arrendamento semelhantes.

5 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas abrangem as informações financeiras da controladora Ouro Verde Locação e Serviço S.A. e da controlada Ouro Verde Revenda Ltda. a seguir relacionada:

	Porcentagem de participação			
	Controle	30/06/14	31/12/13	30/06/13
Ouro Verde Revenda Ltda.	Direto	99%	99%	-

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Em 31 de dezembro de 2013 a Ouro Verde Revenda não era operacional, como também não possuía saldos ativos e passivos, assim, no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não está apresentando informações financeiras consolidadas. Contudo, a partir do primeiro trimestre de 2014, a Ouro Verde Revenda Ltda. tornou-se operacional, e portanto, a Companhia está apresentando informações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2014. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

6 Resultado das operações descontinuadas

Em 30 de abril de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda com a sua controladora Novo Oriente Participações Ltda., através do qual a Companhia vendeu a participação de 99,581% na Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, pelo valor total de R\$ 144,7 milhões, conforme valor justo determinado pela Administração da Companhia apurado com base em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes. O pagamento poderá ocorrer, à escolha da Novo Oriente, em parcela única ou em 12 parcelas mensais e sucessivas (neste caso, sujeito à incidência de juros à taxa de 7,5% ao ano), em qualquer caso, após um período de carência de 12 meses para início de incidência de juros, e de até 24 meses para início de pagamento das parcelas. Em 30 de abril de 2014, as partes firmaram um termo aditivo do referido contrato, no qual foi prorrogada a carência para um período de 24 meses.

O investimento vendido gerou um resultado de R\$ 55,3 milhões, que líquido de imposto de renda e contribuição social de R\$ 18,8 milhões, resultou em um ganho líquido de R\$ 36,5 milhões.

O investimento na Martini Meat S.A. tornou-se uma operação descontinuada em abril de 2013. A demonstração comparativa de resultado está sendo apresentada para exibir a operação descontinuada separadamente de operações continuadas, como segue:

	Período de seis meses	Período de três meses
Resultado das operações descontinuadas	30/06/13	30/06/13
Resultado da equivalência patrimonial	231	187
Outras receitas operacionais, líquidas	55.323	55.323
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(643)	(643)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(18.158)	(18.158)
Resultado líquido das operações descontinuadas	36.753	36.709

No quadro a seguir estão demonstrados os impactos no fluxo de caixa, como ajuste do resultado do período findo em 30 de junho de 2013:

	Período de seis meses	Período de três meses
Fluxo de caixa das operações descontinuadas	30/06/13	30/06/13
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	36.753	36.709

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	30/06/14	31/12/13	30/06/14
Caixa e bancos	17.140	3.070	17.535
Aplicações financeiras	205.907	184.074	205.907
	223.047	187.144	223.442

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam entre 100% e 114% dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

8 Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado
	30/06/14	31/12/13	30/06/14
Aplicações financeiras - vinculadas a empréstimos tomados (-) Parcelas classificadas no ativo circulante	64.700	75.925	64.700
	(7.641)	(8.361)	(7.641)
Ativo não circulante	57.059	67.564	57.059

As aplicações financeiras vinculadas se referem a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam de 100% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e encontram-se vinculadas a amortizações de empréstimos contraídos junto as instituições financeiras custodiantes.

Os valores correspondentes foram classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento dos empréstimos aos quais estão vinculados.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	30/06/14	31/12/13	30/06/14
Cientes nacionais	59.898	32.112	60.028
Serviços a faturar	30.515	19.979	30.515
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.077)	(3.191)	(3.077)
	87.336	48.900	87.466

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado
	30/06/14	31/12/13	30/06/14
A vencer	64.734	37.919	64.864
Vencidos até 30 dias	6.624	4.014	6.624
Vencidos de 31 a 60 dias	3.665	442	3.665
Vencidos de 61 a 90 dias	1.855	435	1.855
Vencidos acima de 91 dias	13.535	9.281	13.535
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.077)	(3.191)	(3.077)
	87.336	48.900	87.466

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente, e a movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	30/06/14	31/12/13	30/06/14
Saldo inicial	3.191	2.948	3.191
Adição à provisão	-	804	-
Utilização	(114)	(561)	(114)
Saldo final	3.077	3.191	3.077

10 Contas a receber por alienação de controlada

Refere-se ao valor a receber da controladora Novo Oriente Participações Ltda., pela venda da totalidade da participação (99,581%) na companhia Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, em 30 de abril de 2013, pelo valor total de R\$ 144,7 milhões, conforme valor justo determinado pela Administração da Companhia apurado com base em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes.

O pagamento poderá ocorrer, à escolha da Novo Oriente, em parcela única ou em 12 parcelas mensais e sucessivas (neste caso, sujeito à incidência de juros à taxa de 7,5% ao ano), em qualquer caso, após um período de carência de 12 meses para início de incidência de juros, e de até 24 meses para início de pagamento das parcelas. Em 30 de abril de 2014, as partes firmaram um termo aditivo do referido contrato, no qual foi prorrogada a carência para um período de 24 meses.

11 Partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas e outras companhias relacionadas, como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	30/06/14	31/12/13	30/06/14
Ativo não circulante			
<i>Contas a receber por alienação de controlada</i>			
Novo Oriente Participações Ltda. (controladora) (a)	144.725	144.725	144.725
Passivo circulante			
<i>Mútuos com partes relacionadas</i>			
Serenata Adm.de Bens Ltda. (parte relacionada) (b)	127	118	127

(a) Vide nota explicativa 10.

(b) Saldo a pagar devido ao arrendamento de imóveis. O total de despesas incorridas com este arrendamento em 30 de junho de 2014 foi de R\$ 726 (R\$ 543 em 2013).

Os contratos de mútuos destacados acima não possuem incidência de juros e data de vencimento.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 30 de junho de 2014 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 3.270 (R\$ 2.402 em 2013). A Companhia e sua controlada não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia e sua controlada tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda., com 62,78% de participação do seu capital social e o acionista Celso Antônio Frare, com 37,22% de participação do seu capital social.

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado
	30/06/14	31/12/13	30/06/14
Participação em companhia controlada (a.1)	563	-	-
Outros investimentos	8	8	8
	571	8	8

a.1 Participação em companhia controlada – Ouro Verde Revenda

a.1.1 Movimentação dos saldos no período

Saldo em 1º de janeiro de 2014	-
Integralização do capital	10
Resultado na equivalência patrimonial	553
Saldo em 30 de junho de 2014	563

a.1.2 Informações da controlada – Ouro Verde Revenda

Em 30 de junho de 2014, as principais informações financeiras da investida são:

	30/06/14
Ativo	1.629
Passivo	1.060
Receita	2.659
Lucro líquido do período	559
Capital social	10
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	10
Patrimônio líquido	569
Participação no capital social, no final do exercício	99%
Participação no patrimônio líquido	563
Resultado de equivalência patrimonial	553

13 Imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Edificações	Veículos, tratores e colhedoras (*)	Máquinas e equipamentos (*)	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Total
Custo ou avaliação:						
Em 1º de janeiro de 2013	1.800	1.156.547	40.885	839	12.059	1.212.130
Adições (***)	20	308.036	4.288	171	3.431	315.946
Baixas	-	(78.571)	(3.482)	(1)	(65)	(82.119)
Transferências	1.813	(158)	158	-	(1.813)	-
Transferências para intangível (**)	-	-	-	-	(9.869)	(9.869)
Em 30 de junho de 2013	3.633	1.385.854	41.849	1.009	3.743	1.436.088
Em 1º de janeiro de 2014	3.642	1.544.010	39.788	1.198	5.982	1.594.620
Adições (***)	84	400.242	2.279	127	2.011	404.743
Baixas	-	(128.370)	(5.217)	-	(2)	(133.589)
Transferências	1.408	741	-	-	(2.149)	-
Em 30 de junho de 2014	5.134	1.816.623	36.850	1.325	5.842	1.865.774
Depreciação:						
Em 1º de janeiro de 2013	(182)	(258.521)	(7.651)	(148)	(908)	(267.410)
Despesas de depreciação no período	(67)	(77.745)	(1.359)	(45)	(410)	(79.626)
Baixas	-	36.926	1.544	-	46	38.516
Transferências	-	(19)	19	-	-	-
Em 30 de junho de 2013	(249)	(299.359)	(7.447)	(193)	(1.272)	(308.520)
Em 1º de janeiro de 2014	(322)	(375.889)	(9.874)	(250)	(1.592)	(387.927)
Despesas de depreciação no período	(98)	(106.547)	(1.728)	(63)	(378)	(108.814)
Baixas	-	63.127	2.592	-	-	65.719
Em 30 de junho de 2014	(420)	(419.309)	(9.010)	(313)	(1.970)	(431.022)
Valor residual líquido:						
Em 30 de junho de 2013	3.384	1.086.495	34.402	816	2.471	1.127.568
Em 1º de janeiro de 2014	3.320	1.168.121	29.914	948	4.390	1.206.693
Em 30 de junho de 2014	4.714	1.397.314	27.840	1.012	3.872	1.434.752
Taxas da depreciação % a.a.	4	5,6 a 16,7	8,3 a 16,7	10	5 a 25	

(*) Grupo de ativo imobilizado sujeito a arrendamentos mercantis operacionais.

(**) Transferência de investimentos efetuados em implantação de software para o intangível.

(***) Da totalidade das aquisições de ativo imobilizado, ocorridas no período de 2014, parte significativa se deu por meio de arrendamento mercantil financeiro, com reconhecimento direto do respectivo passivo, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial. Tais aquisições de ativos, sem efeito de caixa, totalizaram R\$ 326.047 (R\$ 222.283 em 2013). Assim, estas aquisições de ativos não estão sendo apresentadas na demonstração de fluxo de caixa, como atividade de investimento.

14 Intangível (Controladora e Consolidado)

	Taxa anual de amortização (%)	2014			2013
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares					
Sistemas de processamento de dados	20	16.105	(2.375)	13.730	12.658

15 Financiamentos e empréstimos (Controladora e Consolidado)

Natureza	Encargos em 2014	30/06/14	31/12/13
FINAME	Linha PSI e TJLP que variam de 0,21% a 0,95% a.m.	666.355	530.782
CDC	Juros de 0,69% a 1,27% a.m.	13.279	15.639
Empréstimo em moeda estrangeira	Dólar + 2,21% a 4,00% a.a.	76.758	105.845
Capital de giro	CDI + juros 2,11% a 2,78% a.a. e pré fixado 12,60% a.a	284.871	364.773
		<u>1.041.263</u>	<u>1.017.039</u>
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(329.890)</u>	<u>(227.664)</u>
Passivo não circulante		<u>711.373</u>	<u>789.375</u>

Os financiamentos com natureza FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 1.165.813 (R\$ 912.703 em 31 de dezembro de 2013) e aval do acionista majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do acionista majoritário no valor de R\$ 284.871 (R\$ 364.773 em 31 de dezembro de 2013).

Em determinados contratos de financiamento, nas modalidades de capital de giro, FINAME e empréstimos em moeda estrangeira junto certas instituições financeiras, a Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente e semestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- *Rating* igual ou superior a “BBB-“ nas agências de análise de risco de crédito;
 - Dívida líquida / EBITDA ajustado*;
 - EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
 - Dívida líquida / Ativo imobilizado; e
 - Dividendos acrescidos de juros sobre o capital pago dividido pelo lucro líquido do período.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

16 Imposto de renda e contribuição social (Controladora e Consolidado)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	30/06/14	31/12/13
Ativo não circulante		
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	6.844	6.139
Prejuízos fiscais a compensar	28.213	16.436
Regime tributação - variação cambial	-	3.531
Regime tributação – hedge	1.907	-
	<u>36.964</u>	<u>26.106</u>
Passivo não circulante		
Ajuste arrendamento mercantil - adoção CPC 06	24.724	17.930
Regime tributação – hedge	-	4.858
Regime tributação - variação cambial	1.021	-
Ajuste depreciação contábil - adoção CPC 27	87.550	76.708
	<u>113.295</u>	<u>99.496</u>
	<u><u>76.331</u></u>	<u><u>73.390</u></u>

A Companhia e sua controlada, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de períodos anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas semestralmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e sua controlada.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia e sua controlada estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais nos próximos cinco exercícios.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	Período de seis meses		
	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Resultado do período antes de impostos	7.491	10.691	7.557
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(2.547)	(3.635)	(2.569)
Adições e exclusões permanentes e outros:			
Resultado de equivalência patrimonial	188	103	188
Despesas indedutíveis	(582)	(426)	(582)

	Período de seis meses		
	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Perda prejuízo fiscal por cisão (a)	-	(6.475)	-
Outras exclusões (adições)	-	168	(38)
	-	(6.307)	(38)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:			
Corrente	-	-	(60)
Diferido	(2.941)	(10.265)	(2.941)
	(2.941)	(10.265)	(3.001)
	39%	96%	40%
	Período de três meses		
	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Resultado do período antes de impostos	6.746	4.268	6.786
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(2.294)	(1.451)	(2.307)
Adições e exclusões permanentes e outros:			
Resultado de equivalência patrimonial	103	18	103
Despesas indedutíveis	(187)	(278)	(187)
Perda prejuízo fiscal por cisão (a)	-	(6.475)	-
Outras exclusões (adições)	-	167	(24)
	(184)	(2.576)	(184)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:			
Corrente	-	-	(37)
Diferido	(2.378)	(8.019)	(2.378)
	(2.378)	(8.019)	(2.415)
	35%	188%	36%

- (a) Perda de prejuízo fiscal proporcional à redução do patrimônio líquido ocorrida em função da cisão do investimento na Ritmo Logística para a controladora Novo Oriente.

17 Provisão para contingências (Controladora e Consolidado)

A Companhia e sua controlada são partes (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>30/06/14</u>		<u>31/12/13</u>	
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis/ambientais	2.928	(266)	2.662	2.628
Tributárias	5.222	(5.142)	80	81
Trabalhistas	3.833	(1.751)	2.082	2.478
Processo IPVA (a)	-	(5.482)	(5.482)	(4.098)
	<u>11.983</u>	<u>(12.641)</u>	<u>(658)</u>	<u>1.089</u>
	<u>31/12/13</u>		<u>30/06/14</u>	
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Saldo final
Cíveis/ambientais	2.628	321	(21)	2.928
Tributárias	5.081	141	-	5.222
Trabalhistas	<u>3.988</u>	<u>1.117</u>	<u>(1.272)</u>	<u>3.833</u>
	<u>11.697</u>	<u>1.579</u>	<u>(1.293)</u>	<u>11.983</u>

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 35.345 (R\$ 33.445 em 31 de dezembro de 2013), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

A Companhia figura no pólo ativo em um processo no qual pleiteia a não incidência do PIS e da COFINS sobre a parcela de ICMS componente da receita operacional bruta. Sendo assim, a Companhia vem efetuando esses pagamentos na forma de depósito judicial, os quais somam R\$ 5.142 em 30 de junho de 2014 (R\$ 5.000 em 31 de dezembro de 2013).

- (a) O montante de R\$ 5.482 (R\$ 4.098 em 31 de dezembro de 2013) surgiu em decorrência de contingência ativa, na qual a Ouro Verde contesta o recolhimento de IPVA cobrado no estado de São Paulo, em função do prévio recolhimento no estado do Paraná. A Companhia não constituiu provisão por ter o entendimento de que tais autuações são contrárias à Constituição Federal e ao Código de Trânsito Brasileiro.

18 Arrendamento mercantil (Controladora e Consolidado)

a. Arrendatário

A Companhia e sua controlada possuem, em 30 de junho de 2014, R\$ 338.023 (R\$ 324.646 em 31 de dezembro de 2013) contabilizados como ativo imobilizado (custo de aquisição) (principalmente veículos), com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem, substancialmente, prazo de duração de 24 a 36 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data, sendo exercida pelo valor residual garantido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia e sua controlada reconheceram como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 16.353 (R\$ 13.763 em 2013) relativos a despesas financeiras e R\$ 48.757 (R\$ 40.465 em 2013) relativo à despesa de depreciação.

Em 30 de junho de 2014, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	147.836	17.686	165.522
Entre um a dois anos	78.767	10.361	89.128
Entre dois a cinco anos	17.900	4.118	22.018
	<u>244.503</u>	<u>32.165</u>	<u>276.668</u>

As taxas de juros dos contratos de arrendamento variam entre 0,82% a 1,35% ao mês para os contratos pré-fixados, e contratos pós-fixados pelo CDI mais juros de 0,18% a 0,38% ao mês. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto do contrato.

Os contratos de arrendamento no qual a Companhia é arrendatária não contém nenhuma cláusula de pagamentos contingentes os quais teriam impacto na despesa de arrendamento reconhecida no resultado.

A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente, e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*); e
 - Prévia anuência do arrendador no caso de troca de controle acionário e/ou na alienação ou venda de participação do capital social igual ou superior a 10%.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

A Companhia também loca o terreno da sede em Curitiba através de um arrendamento mercantil operacional firmado com parte relacionada (Serenata Administradora de Bens Ltda. – vide nota 11). A duração do contrato é de 5 anos, com a opção de renovação de prazo após esse período. O valor dos pagamentos é reajustado anualmente com base no IGP-M. No período findo em 30 de junho de 2014 a despesa total reconhecida no resultado relativa a essa operação foi de R\$ 726 (R\$ 543 em 2013).

b. Arrendador

A Companhia tem contratos de aluguel de sua frota firmados com clientes para o período que varia entre de 2 a 7 anos. Estes contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional. Os veículos, tratores e colhedoras são vendidos a terceiros quando devolvidos pelos clientes. Os contratos de aluguel de frotas podem incluir manutenção preventiva e corretiva, substituição de carros e outros itens acessórios, conforme composição definida pelo cliente.

Os valores divulgados na tabela são os pagamentos mínimos não canceláveis (geração futura de caixa) a serem recebidos relativos aos contratos de aluguel em aberto em 30 de junho de 2014:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Total
Pagamentos futuros mínimos não canceláveis a serem recebidos (geração futura de caixa)	431.369	333.909	512.535	1.277.813

19 Debêntures (Controladora e Consolidado)

Natureza	Encargos	30/06/14	31/12/13
2ª Emissão (a)	CDI + 3% a.a.	97.783	119.344
3ª Emissão (b)	CDI + 2,4% a 2,5% a.a.	251.133	-
Custos de transações (c)		(6.944)	-
		<u>341.972</u>	<u>119.344</u>
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(42.844)</u>	<u>(43.594)</u>
Passivo não circulante		<u>299.128</u>	<u>75.750</u>

(a) 2ª emissão debêntures

Em 3 de maio de 2011, a 6ª Assembléia Geral Extraordinária aprovou a 2ª emissão de debêntures pela Companhia nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei das S.A., incluindo o limite previsto no artigo 60 da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, com as seguintes características:

- Foram emitidas 165.000 debêntures, em duas séries, com valor total de R\$ 165.000, sendo R\$ 150.000 da 1ª série e R\$ 15.000 da 2ª série;
- A data de emissão das debêntures foi a data da primeira subscrição e integralização de debêntures. Desta forma, em 10 de maio de 2011 ocorreu a subscrição e integralização da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia com o consequente recebimento do montante de R\$ 165.000;
- As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação — nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09 —, automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18/08/2004, conforme alterada, e da ICVM 476/09) (“Oferta Restrita”), e será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures a serem emitidas, com a intermediação do: (i) BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento; (ii) HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; e (iii) Credit Suisse (Brasil) Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
- As debêntures da 1ª série possuem prazo de vigência de 5 anos - ou 60 meses, com 18 meses de carência e 42 parcelas mensais para o valor unitário principal, 60 parcelas mensais para os juros remuneratórios. As debêntures da 2ª série possuem prazo de vigência de 59 meses, com amortização em um único pagamento a ser realizado na data de vencimento, e 59 parcelas mensais para os juros remuneratórios;

- Os juros remuneratórios de DI - Depósitos Interfinanceiros, capitalizada de uma sobretaxa de 3% ao ano;
 - As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.
 - A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados trimestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:
 - Dívida líquida / EBITDA ajustado (*);
 - EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
 - Dívida líquida / ativo imobilizado; e
 - Prévia anuência dos titulares das debêntures no caso de troca direta ou indireta de controle acionário da Companhia.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelas debêntures.

(b) 3ª emissão debêntures

Em 15 de março de 2014, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição pública de 25.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 480, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 2 (duas) séries, da 3ª (terceira) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante total de R\$ 250.000.

- Foram emitidas 25 mil debêntures, em duas séries, no valor total de R\$ 250.000, sendo 18.000 Debêntures de 1ª série e 7.000 de 2ª série;
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
- A data de vencimento da 1ª série será em quatro anos, com vencimento previsto para 2018 e o vencimento da 2ª série será em cinco anos, com vencimento previsto para 2019;
- A amortização da 1ª série será mensal, a partir do final do 18º mês e a amortização da 2ª série será a partir do final do 24º mês;
- A remuneração da 1ª série será CDI+2,40%a.a. e a remuneração da 2ª série, será CDI+2,50% a.a., para todas as séries o pagamento dos juros será mensal;
- As Debêntures de todas as séries são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores;

- Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para: (i) integralização do CDB Cedido Fiduciariamente; (ii) investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves; e (iii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro, incluindo o pré-pagamento de operações de capital de giro;
- Não haverá amortização ou resgate antecipado obrigatório ou facultativo. Contudo, as Debêntures poderão/deverão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA ou da Taxa DI, nos termos da Escritura de Emissão;
- Foi contratado o BES Investimento do Brasil S.A.- Banco de Investimento, para ser o “Formador de Mercado”;
- O coordenador líder foi o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e os demais coordenadores foram Banco Votorantim S.A. e BES Investimento do Brasil S.A.- Banco de Investimento;
- O agente fiduciário é a Pentágono DTVM e o Escriturador mandatário liquidante é o Banco Bradesco S.A.

(c) Custos de transações

Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado da Companhia, no processo de emissão da 3ª debêntures da Companhia realizada em março de 2014, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e computados na taxa efetiva dos juros. O saldos dos custos de transações serão apropriados ao resultado pelo mesmo prazo de vencimento da debênture.

Cláusulas contratuais de vencimento antecipado (Covenants)

A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados trimestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*);
- EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
- Dívida líquida / ativo imobilizado; e
- Prévia anuência dos titulares das debêntures no caso de troca direta ou indireta de controle acionário da Companhia.

(*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelas debêntures.

20 Patrimônio líquido (Controladora e Consolidado)

a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 102.723 (R\$ 102.723 em 31 de dezembro de 2013) está totalmente subscrito e integralizado, e é dividido em 87.163.450 ações sem valor nominal.

A participação dos acionistas no capital social da Companhia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é assim demonstrada:

Acionistas	Ações	%
Celso Antônio Frare	32.445.950	37,22
Novo Oriente Participações Ltda.	54.717.500	62,78
	<u>87.163.450</u>	<u>100,00</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos residuais da Companhia. Além disso, os titulares de ações ordinárias têm direito ao recebimento dos dividendos declarados, e têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 32º, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2013 foi destinado à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial consiste no custo atribuído de veículos, tratores e colhedoras registrados na data de transição para os CPCs e IFRS, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado.

21 Lucro líquido por ação

Os lucros por ação básico e diluído são calculados por meio da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, excluídas as ações em tesouraria.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
 Informações financeiras intermediárias
 em 30 de junho de 2014

	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Resultado do período	4.550	37.179	4.556
<i>Lucro líquido por ação básico:</i>			
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação básico (em R\$)	0,05220	0,42654	0,05227
<i>Lucro líquido por ação diluído:</i>			
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,05220	0,42654	0,05227
	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Resultado das operações em continuidade	4.550	426	4.556
<i>Lucro líquido por ação básico:</i>			
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação básico (em R\$)	0,05220	0,00489	0,05227
<i>Lucro líquido por ação diluído:</i>			
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,05220	0,00489	0,005227

22 Receita operacional líquida

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos:

	Período de seis meses		
	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Prestação de serviços	362.721	294.249	362.721
Ativos alienados para renovação da frota	52.099	38.358	54.799
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(37.463)	(29.971)	(37.504)
Devoluções e abatimentos	(11.420)	(13.287)	(11.420)
	<u>365.937</u>	<u>289.349</u>	<u>368.596</u>
	Período de três meses		
	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Prestação de serviços	198.176	161.766	198.176
Ativos alienados para renovação da frota	32.352	19.945	33.872
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(20.563)	(17.025)	(20.586)
Devoluções e abatimentos	(5.461)	(4.378)	(5.461)
	<u>204.504</u>	<u>160.308</u>	<u>206.001</u>

A composição da receita líquida reconhecida durante o período em cada categoria significativa é como segue:

	Período de seis meses		
	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Prestação de serviços	313.838	250.991	313.838
Ativos alienados para renovação da frota	52.099	38.358	54.758
	<u>365.937</u>	<u>289.349</u>	<u>368.596</u>
	Período de três meses		
	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Prestação de serviços	172.152	140.363	172.152
Ativos alienados para renovação da frota	32.352	19.945	33.849
	<u>204.504</u>	<u>160.308</u>	<u>206.001</u>

23 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

	Período de seis meses		
	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Custos			
Custo de venda da frota	55.608	39.880	57.648
Despesas com benefícios a empregados	48.552	41.444	48.552
Despesas de depreciação e amortização	108.481	79.396	108.481
Manutenção e reparos	44.016	35.995	44.016
Serviços de terceiros	6.401	2.930	6.401
Outros	11.327	11.968	11.327
	<u>274.385</u>	<u>211.613</u>	<u>276.425</u>
Vendas			
Outros	(60)	3.234	(60)
	<u>(60)</u>	<u>3.234</u>	<u>(60)</u>
Gerais e administrativas			
Despesas com benefícios a empregados	12.924	9.131	12.924
Despesas de depreciação e amortização	1.370	547	1.370
Manutenção e reparos	98	41	98
Serviços de terceiros	1.166	1.349	1.166
Outros	2.927	2.720	2.927
	<u>18.485</u>	<u>13.788</u>	<u>18.485</u>

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Informações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2014

	Período de três meses		
	Controladora		Consolidado
	30/06/14	30/06/13	30/06/14
Custos			
Custo de venda da frota	35.793	20.904	36.948
Despesas com benefícios a empregados	27.518	24.383	27.518
Despesas de depreciação e amortização	56.146	41.717	56.146
Manutenção e reparos	24.403	22.689	24.403
Serviços de terceiros	3.495	1.370	3.495
Outros	6.478	8.432	6.478
	<u>153.833</u>	<u>119.495</u>	<u>154.988</u>
Vendas			
Outros	25	2.794	25
	<u>25</u>	<u>2.794</u>	<u>25</u>
Gerais e administrativas			
Despesas com benefícios a empregados	6.845	4.529	6.845
Despesas de depreciação e amortização	878	284	878
Manutenção e reparos	54	16	54
Serviços de terceiros	611	693	611
Outros	1.453	962	1.453
	<u>9.841</u>	<u>6.484</u>	<u>9.841</u>

24 **Receitas (despesas) financeiras, líquidas (Controladora e Consolidado)**

	Período de seis meses	
	30/06/14	30/06/13
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(42.097)	(32.569)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(16.353)	(13.763)
Juros sobre debêntures	(15.708)	(7.256)
Despesas com hedge	(11.829)	(5.401)
Despesas com variação cambial	(3.989)	(11.508)
Outros	(3.494)	(2.000)
	<u>(93.470)</u>	<u>(72.497)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros	12.137	7.813
Receita com hedge	4.632	11.028
Receitas com variação cambial	9.702	3.732
Outros	412	58
	<u>26.883</u>	<u>22.631</u>
	<u>(66.587)</u>	<u>(49.866)</u>

	Período de três meses	
	30/06/14	30/06/13
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(19.352)	(17.143)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(8.534)	(7.130)
Juros sobre debêntures	(10.973)	(3.652)
Despesas com hedge	(4.140)	(1.742)
Despesas com variação cambial	(207)	(9.705)
Outros	(1.737)	(1.331)
	(44.943)	(40.703)
 Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros	7.177	3.783
Receita com hedge	514	9.536
Receitas com variação cambial	2.407	541
Outros	257	54
	10.355	13.914
	(34.588)	(26.789)

25 Instrumentos financeiros (Consolidado)

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas informações financeiras da Companhia e sua controlada, conforme o quadro abaixo:

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

		30/06/14					31/12/13	
Ativo	Nota	Registrados pelo valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
		Mantidos até o vencimento						
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-	223.442	223.442	223.442	187.144	187.144
Contas a receber de clientes	9	-	-	87.466	87.466	87.466	48.900	48.900
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	64.700	-	64.700	64.700	75.925	75.925
Instrumentos financeiros derivativos		9	-	-	9	9	14.755	14.755
		9	64.700	310.908	375.617	375.617	326.724	326.724
Passivo	Nota	Registrados pelo valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
		Passivos financeiros ao custo amortizado						
Fornecedores		70.173	-	-	70.173	70.173	52.207	52.207
Financiamentos e empréstimos	15	1.041.263	-	-	1.041.263	1.041.263	1.017.039	1.017.039
Arrendamento mercantil	18	244.503	-	-	244.503	244.503	249.166	249.166
Debêntures	19	341.972	-	-	341.972	341.972	119.344	119.344
Instrumentos financeiros derivativos		-	5.618	-	5.618	5.618	466	466
		1.697.911	5.618	-	1.703.529	1.703.529	1.438.222	1.438.222

- Valor justo dos instrumentos financeiros
- Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo.
- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic.
- Aplicações financeiras vinculadas - São definidos como ativos designados como mantidos até o vencimento.
- Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.
- Instrumentos financeiros derivativos - São definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que indicam os instrumentos financeiros derivativos, são inteiramente classificados no nível II da hierarquia de valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes às operações financeiras contratadas em dólares americanos.

A Administração da Companhia e sua controlada mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou operações com instrumentos derivativos de *forward*, que se constitui em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2014, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão abaixo sumarizados. Em 30 de junho de 2014, o valor nocional do instrumento financeiro derivativo é de USD 32.678 (R\$ 71.810).

	<u>30/06/14</u>	
	Ativo	Passivo
Circulante		
Derivativos cambiais - fluxo de caixa - empréstimos	<u>9</u>	<u>5.618</u>
	<u>9</u>	<u>5.618</u>

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e utilizando metodologia de avaliação de projeção de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas acima não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições de primeira linha, no Brasil, e são garantidos por aval do sócio majoritário da Companhia para contratação destas operações.

Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos duvidosos, em 30 de junho de 2014, é de R\$ 3.077, representando 3% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2013, esta provisão era de R\$ 3.191, equivalentes a 6%.

A Ouro Verde possui um “Comitê de Investimentos” e um “Comitê de Venda de Ativos”, com reuniões semanais para aprovação das estratégias dos ativos da Companhia, bem como todos os investimentos a serem efetuados. Participam e votam neste Comitê, além da diretoria, a gerência corporativa de compras, do financeiro e da controladoria. Desta forma, são avaliados e formalizados todos os aspectos fundamentais para a realização de qualquer investimento, dentre eles: análise de crédito, rentabilidade, linhas de financiamentos, estratégias comerciais, diversificação de carteira, fornecedores, entre outros aspectos.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e sua controlada buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia e sua controlada em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como dólar e euro. Contudo, os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia e sua controlada em USD foram completamente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nominal e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos. Enquanto que, a Companhia e sua controlada não esperam impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência da exposição cambial atrelada à moeda euro pelo fato de não ser material.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia e sua controlada, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e sua controlada. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos uma baixa de 25% para as aplicações financeiras e incremento de 25% nas operações de capitalizações nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II uma redução/aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi 10,55%.

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	205.907	21.723	16.292	10.862
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Baixa do CDI	64.700	6.826	5.120	3.413
			<u>270.607</u>	<u>28.549</u>	<u>21.412</u>	<u>14.275</u>
Impacto no resultado					<u>(7.137)</u>	<u>(14.274)</u>
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	Baixa do CDI	76.758	(8.098)	(6.074)	(4.049)
Capital de giro	CDI	Baixa do CDI	284.871	(30.054)	(22.541)	(15.027)
Debêntures	CDI	Baixa do CDI	341.972	(36.078)	(27.059)	(18.039)
			<u>703.601</u>	<u>(74.230)</u>	<u>(55.674)</u>	<u>(37.115)</u>
Impacto no resultado					<u>18.556</u>	<u>37.115</u>
Impacto final no resultado					<u>11.420</u>	<u>22.840</u>

Aumento do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Aplicações Financeiras	CDI	Alta do CDI	205.907	21.723	27.154	32.585
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Alta do CDI	64.700	6.826	8.532	10.239
			<u>270.607</u>	<u>28.549</u>	<u>35.686</u>	<u>42.824</u>
Impacto no resultado					<u>7.137</u>	<u>14.275</u>
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	Alta do CDI	76.758	(8.098)	(10.122)	(12.147)
Capital de giro	CDI	Alta do CDI	284.871	(30.054)	(37.567)	(45.081)
Debêntures	CDI	Alta do CDI	341.972	(36.078)	(45.098)	(54.117)
			<u>703.601</u>	<u>(74.230)</u>	<u>(92.787)</u>	<u>(111.345)</u>
Impacto no resultado					<u>(18.557)</u>	<u>(37.115)</u>
Impacto final no resultado					<u>(11.420)</u>	<u>(22.840)</u>

A Companhia e sua controlada não esperam mudanças na taxa relativa à TJLP, as quais são indicadores base para as operações de FINAME e com o BNDES.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A gestão do risco de liquidez é feita pelo Comitê de Investimentos, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção adequada de recursos financeiros de curto prazo em caixa e equivalentes de caixa e através: (i) caixa gerado pelas atividades operacionais de serviços prestados, (ii) um aumento dos fluxos de caixa gerados pela venda de ativos para renovação de frota, e (iii) acesso a linhas de crédito pré aprovadas com terceiros (empréstimos e financiamentos). As projeções da Administração indicam que o aumento dos recursos derivados de contratos de arrendamento mercantil em seu portfólio em 31 de dezembro de 2013 serão suficientes para cobrir seus obrigações de curto e longo prazo junto a seus credores em geral. A Companhia possui um portfólio de contratos com seus clientes, com duração entre 2 e 7 anos, os quais possuem uma geração de receita prevista de R\$ 1.277.813 (vide nota 18).

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumarizados:

	30/06/14	31/12/13
Total dos financiamentos e empréstimos (nota explicativa 15), arrendamentos mercantis (nota explicativa 18), debêntures (nota explicativa 19) e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 25)	1.633.347	1.371.260
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 7) e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 8)	<u>(288.142)</u>	<u>(263.069)</u>
Dívida líquida	1.345.205	1.108.191
Patrimônio líquido	<u>167.856</u>	<u>163.300</u>
	<u>1.513.061</u>	<u>1.271.491</u>
Índice de alavancagem financeira	89%	87%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 30 de junho de 2014			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 15)	329.890	333.986	377.387
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 18)	147.836	78.767	17.900
Debêntures (nota explicativa 19)	42.844	140.910	158.218
Fornecedores	70.173	-	-
	<u>590.743</u>	<u>553.663</u>	<u>553.505</u>
Em 31 de dezembro de 2013			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 15)	227.664	227.659	561.716
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 18)	144.929	84.572	19.665
Debêntures (nota explicativa 19)	43.594	42.840	32.910
Fornecedores	52.207	-	-
	<u>468.394</u>	<u>355.071</u>	<u>614.291</u>

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer significativas variações, pois uma parcela dos seus passivos está atrelada à volatilidade da taxa de câmbio do dólar norte-americano, que, em junho de 2014, apresentou variação negativa de 6,2% (positiva em 14,6% em dezembro de 2013).

Em 30 de junho de 2014 a Companhia mantinha financiamentos em aberto no montante de USD 34.930 (R\$ 76.758).

Os empréstimos bancários da Companhia em USD foram substancialmente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nocional e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos.

Análise de sensibilidade

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos um aumento/redução de 25% para a taxa de câmbio do dólar norte-americano e para o Cenário II um aumento/redução de 50%. A taxa de conversão utilizada como base para o cenário atual foi 2,1975.

Aumento na taxa de câmbio

		Valor Base USD	Valor Base R\$	Cenário 1	Cenário 2
Empréstimo em moeda estrangeira	Aumento USD	34.930	76.759	95.948	115.138
Instrumentos financeiros derivativos	Aumento USD	<u>(32.678)</u>	<u>(71.810)</u>	<u>(89.762)</u>	<u>(107.715)</u>
Exposição líquida		<u>2.252</u>	<u>4.949</u>	<u>6.186</u>	<u>7.423</u>
Impacto no resultado				<u>(1.237)</u>	<u>(2.474)</u>

Queda na taxa de câmbio

		Valor Base USD	Valor Base R\$	Cenário 1	Cenário 2
Empréstimo em moeda estrangeira	Queda USD	34.930	76.759	57.569	38.379
Instrumentos financeiros derivativos	Queda USD	(32.678)	(71.810)	(53.857)	(35.905)
Exposição líquida		<u>2.252</u>	<u>4.949</u>	<u>3.712</u>	<u>2.474</u>
Impacto no resultado				<u><u>1.237</u></u>	<u><u>2.474</u></u>

26 Informações por segmento (Consolidado)

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- (i) Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- (ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- (iii) Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Foram identificados dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, os quais são gerenciados separadamente por meio de relatórios que suportam a tomada de decisão. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota explicativa 3.

Locação de máquinas e equipamentos pesados: prestação de serviços por meio da elaboração de projetos específicos para clientes de diferentes setores, tais como agronegócio, mineração, indústria, construção civil, infraestrutura, entre outros, incluindo, principalmente, caminhões, implementos rodoviários (tais como reboques e semirreboques) e equipamentos de “linha amarela” (pás carregadeiras, retroescavadeiras e outros), por meio de contratos com prazos de três a sete anos, presença nacional e diversificado frota multimarcas.

Terceirização de veículos leves: prestação de serviços para pequenas, médias e grandes empresas, com um portfólio variado de veículos de diferentes marcas e categorias (tais como carros populares, utilitários, carros executivos e vans), por meio de contratos de prazos de dois a três anos de duração. Adicionalmente, prestamos a nossos clientes, tanto para sua frota própria quanto terceirizada junto a nós, serviços de manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pesados, além de gestão de frotas (tais como rastreamento e/ou telemetria, frota reserva e/ou dedicada, gestão de multas, sinistros e avarias, combustível, dentre outros).

As demonstrações dos resultados por segmento operacional são como segue:

	Locação de máquinas e equipamentos pesados		Terceirização de veículos leves		Saldos não alocados		Total		
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	
Receita operacional líquida									
Serviços prestados	212.077	170.562	101.761	80.429	-	-	313.838	250.991	
Ativos alienados para renovação da frota	17.352	9.163	37.406	29.195	-	-	54.758	38.358	
Custos	<u>(162.957)</u>	<u>(120.156)</u>	<u>(112.456)</u>	<u>(86.700)</u>	<u>(1.012)</u>	<u>(4.757)</u>	<u>(276.425)</u>	<u>(211.613)</u>	
Resultado bruto	66.472	59.569	26.711	22.924	(1.012)	(4.757)	92.171	77.736	
Receitas (despesas) operacionais									
Vendas	45	(337)	15	(144)	-	(2.753)	60	(3.234)	
Administrativas e gerais	(13.864)	(9.505)	(4.621)	(4.073)	-	(210)	(18.485)	(13.788)	
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	304	-	304	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	298	(171)	100	(74)	-	(216)	398	(461)	
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	36.753	-	36.753	
Depreciação e amortização	69.161	48.800	40.690	31.143	-	-	109.851	79.943	
EBITDA ajustado por segmento	<u>122.112</u>	<u>98.356</u>	<u>62.895</u>	<u>49.776</u>	<u>(1.012)</u>	<u>29.121</u>			
EBITDA							<u>183.995</u>	<u>177.253</u>	
(ii) A reconciliação do EBITDA é a seguinte:									
Resultado do período							4.556	37.179	
(+) Despesas financeiras, líquidas							66.587	49.866	
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido							3.001	10.265	
(+) Depreciação e amortização							109.851	79.943	
EBITDA							<u>183.995</u>	<u>177.253</u>	

27 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 13.377 para danos materiais e R\$ 10.200 para responsabilidade civil/ambiental.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada possuem apólices de seguros contra terceiros para a sua frota de veículos e equipamentos, cujas coberturas são de R\$ 6.600 para danos materiais e danos corporais.

28 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

29 Programa de opção de compra de ações

A Companhia aprovou, na 99ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de julho de 2013, o Regulamento do 1º Programa de Opção de Compra de Ações (“Programa” e “Regulamento”, respectivamente), no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 28/06/2013.

O Regulamento estabelece como elegíveis a participar do Programa, o Diretor Presidente, Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, Gerentes e outros empregados a critério do Conselho de Administração.

As Ações Objeto do Programa serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Os Beneficiários poderão exercer o direito de Opção de Compra das Ações (“Período do Exercício” ou “Vesting”) na forma prevista na tabela abaixo:

- 20% em 1º de julho de 2014;
- 20% em 1º de julho de 2015;
- 20% em 1º de julho de 2016;
- 20% em 1º de julho de 2017; e

- 20% em 1º de julho de 2018.

O direito de Opção nas datas acima indicadas somente será possível, desde que se verifique a continuidade do vínculo empregatício que o Beneficiário mantém com a Companhia.

As ações sujeitas a Opção de Compra poderão ser adquiridas pelos Beneficiários pelo seu valor de abertura Oferta Pública Inicial de Ações - IP, com deságio de 20% (vinte por cento), corrigido pelo IGP-M, divulgado pela FGV. Nenhuma outorga será concedida antes de 1º de janeiro de 2014.

O exercício da Opção far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição e celebração do respectivo contrato de aquisição de ações.

As ações objeto da Opção de Compra terão os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias detidas pelos acionistas da Companhia, sendo-lhes sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso.

É vedado o exercício da Opção de Compra, durante os 30 (trinta) dias que antecedem as datas de fechamento dos resultados da Companhia ao Mercado.

O Regulamento não impedirá qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia, devendo o Conselho de Administração ou Comitê determinar e realizar os ajustes cabíveis para proteger os interesses dos Beneficiários.

Extinção do Regulamento do 1º Programa de Opção de Compra de Ações

A Companhia aprovou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2014, a revogação do Primeiro Programa de Opção de Ações da Companhia, com a consequente extinção do seu respectivo Regulamento do Programa. Para todos os efeitos, o Conselho de Administração poderá estabelecer outros programas de opção de compra de emissão da Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pelos acionistas em 28 de junho de 2013, o qual continua em pleno vigor.

30 Lei 12.973/14

A conversão em Lei (12.973/2014) em 13 de maio de 2014, da então Medida Provisória nº 627, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014, de forma independente e irrevogável. A Companhia está avaliando junto a seus assessores jurídicos e controladores a matéria e, até a aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias não possui expectativas de que tal conclusão irá gerar impactos financeiros e contábeis nas suas demonstrações financeiras.

* * *